



FÓRUM PARLAMENTAR LUSO-ESPANHOL 2017

Conclusões

Presidido pelo Presidente da Assembleia da República, Eduardo Ferro Rodrigues, e pela Presidente do Congresso dos Deputados de Espanha, Ana Pastor Julián, realizou-se em Vila Real, nos dias 21 e 22 de maio de 2017, o Fórum Parlamentar Luso-Espanhol 2017.

O Futuro da Europa

O Fórum salientou o contributo e o pleno empenho de Portugal e de Espanha na construção europeia.

Foi recordado o papel que cabe aos Parlamentos nacionais no acompanhamento dos assuntos europeus, pela sua proximidade com os cidadãos, e considerando o disposto no Tratado de Lisboa. Foram trocadas experiências sobre como os parlamentos poderiam não apenas contribuir de forma mais ativa para o bom funcionamento da União, mas também contar com uma capacidade de impulso próprio, assim como com o compromisso de coordenação dos dois Parlamentos nos *fora* europeus próprios, como a COSAC.

Foi salientada a importância que devem ter as políticas de solidariedade e a coesão na construção europeia, sendo ainda recordada a necessidade de aprofundar e completar a arquitetura da união económica e monetária, nomeadamente a União Bancária, e o reforço do Pilar Social da União Europeia.

De resto, foi igualmente destacada a importância da colaboração ente Portugal e Espanha no aprofundamento da política comum de segurança e defesa, no quadro da UE e em articulação com a pertença dos dois Países à OTAN. Foi

recordada a participação prevista de Portugal e Espanha no Agrupamento Tático Europeu, no segundo semestre de 2017.

Foi sublinhado ainda o acordo bilateral de Defesa estabelecido entre Portugal e Espanha, em Baiona no ano de 2015, bem como a carta subscrita no Porto em fevereiro de 2017 entre Portugal, Espanha, França e Itália no âmbito da NATO, que indicam o sentido de cooperação a continuar entre ambos os países.

A Cooperação Transfronteiriça

A cooperação transfronteiriça luso-espanhola abarca hoje os mais variados domínios: a proteção civil; a saúde; as infraestruturas; o ambiente; a energia; a ciência. O seu impacto é uma realidade na economia, no turismo, na vida diária das populações. Ambas as partes concordaram no seu aprofundamento e na necessidade de novos e mais ajustados meios para fazer face aos crescentes desafios existentes nas regiões de fronteira.

Neste sentido, foi feita referência às comunidades de trabalho das regiões fronteiriças, como exemplo da atividade de referência e dinamizadora em toda a fronteira luso-espanhola e também ao apoio e reconhecimento do Fórum Parlamentar em relação à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN) pelo seu apoio e impulso à Macro Região do Sudoeste Europeu (RESOE).

Foi reconhecida a importância de aproveitar plenamente o potencial económico e paisagístico das zonas fronteiriças e dos rios ibéricos. Foi salientada a importância de uma estratégia de longo prazo para aplicação dos fundos comunitários para o período pós-2020, no quadro dos programas de cooperação territorial da União Europeia.

Em cumprimento da Convenção de Albufeira, foi manifestada a disposição comum para a densificação do regime de caudais ecológicos e o respetivo cumprimento, com especial enfoque no Baixo Guadiana e no Rio Tejo, assegurando que o aproveitamento dos recursos hídricos das bacias hidrográficas luso-espanholas seja sustentável.

Foi reafirmada a importância da cooperação no sector do gás e a imprescindibilidade de aumentar as interligações, tanto de eletricidade como de gás natural, entre os dois Países, mas fundamentalmente, dos dois Países com o resto da Europa.

Foi reafirmado o empenho no aprofundamento da troca mútua de informações em matéria energética, num espírito de diálogo e transparência, no quadro da UE. Foi destacada a importância de defender e promover um modelo energético sustentável, através da utilização de recursos endógenos renováveis. As duas delegações trataram, de acordo com as suas próprias posições, dos efeitos transfronteiriços da utilização das distintas fontes de energia.

Foi reafirmada a importância da cooperação entre os dois Estados na área das infraestruturas rodoviárias e ferroviárias, em concreto:

- Continuar a avançar com a modernização da linha ferroviária de passageiros entre o Porto e Vigo que permita reduzir os tempos de viagem;
- Impulsionar os projetos ferroviários do Corredor Atlântico, com o objetivo de desenvolver um corredor multimodal e logístico;
- Fomentar a cooperação transfronteiriça através do transporte público de proximidade;
- Prosseguir com o impulso das conexões ferroviárias Aveiro-Salamanca, Lisboa-Madrid e Faro-Huelva, e estudar a viabilidade de retoma da linha do Douro.

Afirmou-se a necessidade de um esforço conjunto de Portugal e Espanha para que a política agrícola comum pós-2020 disponha de um orçamento suficiente para fazer face aos novos desafios, como a garantia do fornecimento agroalimentar para a população, a contribuição do sector agrário para a luta contra as alterações climáticas e para a preservação do meio ambiente, e a existência de rendimentos adequados ao sector agropecuário, mantendo o acesso a ajudas diretas financiadas exclusivamente pela União Europeia.

O Fórum congratulou-se com a qualidade da cooperação nos domínios da segurança interna e da proteção civil, incluindo a luta contra o terrorismo e o combate aos incêndios florestais.

Foi assinalado o impacto potencial da cooperação no intercâmbio de experiências e de informação em matéria de segurança social e inclusão social, emprego e formação profissional e da economia social.

O Fórum congratulou-se com o lançamento, no dia 26 de maio, em Bragança, da Rede Ibérica de Investigação de Montanha (RIMM) constituída por instituições de Andorra, Espanha e Portugal.

O Presidente da Assembleia da República

La Presidenta del Congreso de los
Diputados

Eduardo Ferro Rodrigues

Ana María Pastor Julián